

Chuva castiga interior de SP e cidades entram em estado de emergência

O interior de São Paulo foi castigado com fortes chuvas na região. Os municípios de São Bento do Sapucaí e Guaratinguetá vão decretar situação de emergência e, segundo a Defesa Civil, já estão sendo orientados sobre os procedimentos.

Outros municípios também sofreram consequências do temporal. Em Santana do Parnaíba, foi registrado deslizamento de terra, que causou a interdição total de uma via e atingiu o portão de uma residência.

Em Aparecida, foi registrada chuva de forte intensidade, longa duração com rajadas de vento, enxurradas, pontos de alagamentos, deslizamento de terra e quedas de árvores na região. Na cidade,

foi registrado um dos maiores acumulados de chuva do estado nas últimas 24 horas, com 125 mm.

Em um dos locais afetados, uma grande rocha atingiu os fundos de uma residência e uma equipe realizou uma vistoria preliminar e optou por não interditar do local. Para isso, foi realizada limpeza e higienização do local para viabilizar o retorno da família a moradia.

Em São José dos Campos, um temporal causou pontos de alagamentos, queda de árvores e desabamento na região. Também foi registrado o desabamento da estrutura do teto de um posto de combustível.

Já em Monteiro Lobato, a chuva de forte intensidade também ocasionou deslizamento de terra na rodovia

de mesmo nome. O deslizamento resultou na interdição temporária da via que, após a realização da limpeza efetuada pelas equipes, foi liberada.

Ainda segundo a Defesa Civil, também foi registrada a erosão no asfalto causado pelo deslizamento e o local foi interditado preventivamente.

Já no município de Santo Antônio do Pinhal, foram registrados alagamentos e queda de árvores.

Em Várzea Paulista, o temporal causou pontos de alagamento em vias públicas e deslizamento de terra. Ao menos quatro casas foram atingidas por um deslizamento de terra e foram interditadas preventivamente, o que resultou em 11 pessoas desalojadas, que foram acolhidos na casa de familiares.

Isabella Menon/Folhapress



Economia



Arrecadação federal chega a R\$ 280,63 bilhões em janeiro

Página - 03

Política

Governo tenta convencer Congresso a esperar dados do Orçamento para rediscutir veto a emendas

Página - 04

Governo recua, cede ao centrão e aceita cumprir calendário para pagar emendas

Página - 04

BNDES reduz em até 60% remuneração para operações de exportação

Página - 03



Lula diz que montadora Hyundai vai investir US\$ 1,1 bi no Brasil até 2032

Página - 12

Nubank eleva lucro para US\$ 395 mi no 4º trimestre e meta é superar 100 milhões de clientes

Página - 12



No Mundo

Brasil encerra encontro de chanceleres com G20 sob contestação da Rússia



O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, encerrou na quinta-feira (22) a primeira reunião de chanceleres do G20 sob presidência do Brasil com a Rússia tentando esvaziar o poder político do grupo para dirimir as tensões globais.

Vieira fez um breve relato sobre as discussões travadas entre quarta (21) e quinta-feira (22) na Marina da Glória, no Rio de Janeiro; os jornalistas presentes não puderam fazer perguntas. Segundo o chanceler, os países-membros e convidados “externaram suas posições sobre o papel do G20 em relação às tensões em curso”.

A fala do brasileiro expôs a falta de consenso até sobre o papel do grupo de debater as guerras em curso, em especial na Faixa de Gaza e na Ucrânia --este último completa dois anos no próximo sábado (24).

Essa posição foi externalizada pelo chanceler da Rússia, Serguei Lavrov. “Não creio que no G20 encontraremos soluções para os desafios e ameaças à segurança global”, afirmou, segundo o discurso divulgado por Moscou. Antes do encontro, Lavrov já havia criticado o que chamou de “politização do G20” por abordar a Guerra da Ucrânia.

“A delegação russa pretende chamar atenção dos parceiros para a inaceitável

politização do G20, que está planejado para se concentrar estritamente nos desafios socioeconômicos. A inclusão de questões não essenciais, incluindo a questão ucraniana, na agenda do G20 por instigação do Ocidente é destrutiva”, afirmou o chefe da diplomacia de Vladimir Putin.

Por sua vez, o ministro das Relações Exteriores da França, Stéphane Séjourné, fez duras críticas à Rússia durante seu discurso nesta quinta. O francês afirmou que o grupo precisa evitar a desunião, apesar de “certos membros estarem agindo contra o G20” --uma referência pouco velada a Moscou.

Italo Nogueira/Folhapress

Chefe da diplomacia da UE diz esperar proposta de países árabes para cessar-fogo em Gaza



O chefe da diplomacia da União Europeia, Josep Borell, afirmou na quinta-feira (22) esperar uma proposta de países árabes para um cessar-fogo na guerra Israel-Hamas.

Ele afirma que representantes dessas nações estão negociando os termos da proposta de forma antecipada com os Estados Unidos para que não haja um novo veto no Conselho de Segurança da ONU. Nesta semana, uma proposta do tipo foi rejeitada pela terceira vez pela diplomacia americana.

“Eu espero que nos próximos dias nós possamos ver uma proposta vindo do mundo árabe. Eu sei que eles estão

Putin fez 17 ataques com mísseis e drones por dia na guerra, diz Ucrânia

Em quase dois anos de guerra, que serão completados no sábado (24), a Rússia lançou uma média de 17 ataques aéreos com mísseis e drones por dia contra a Ucrânia. A conta foi apresentada na quinta (22) pelo porta-voz da Força Aérea de Kiev, Iurii Ihnat. Ele somou 12.630 ataques, cerca de 8.000 deles feitos com mísseis e os restantes, com drones. A Rússia não divulga nenhuma estatística sobre o emprego de seus armamentos.

Ihnat disse que foram derrubados 77% dos drones, a maioria modelos iranianos Shahed-136, que a Rússia passou a usar em maior escala em 2023. Os russos adotaram também táticas variadas para aumentar a eficácia de suas ações lançando ondas dos aparelhos, mais baratos e fáceis de abater por serem lentos, saturando as defesas e aí entrando com mísseis supersônicos ou até hipersônicos.

Significativamente, Ihnat não disse nada acerca da

proporção de mísseis derrubados. Os dados são também bem mais elásticos do que os que se conhecia até aqui: um estudo usando números parciais do Ministério da Defesa ucraniano divulgados de outubro de 2022 a setembro de 2023 contava ao todo só 3.967 ataques aéreos, com 82% de abates.

Isso pode significar várias coisas, de ocultação de dados a exagero deles, visando dramatizar a difícil posição ucraniana, que tem demandado mais baterias antiaéreas ocidentais enquanto incrementa sua produção local de drones.

A Alemanha forneceu duas baterias americanas Patriot, a mais avançada no serviço da Otan (aliança militar ocidental), mas uma foi destruída. Berlim promete enviar até mais duas delas, e também forneceu sistemas Iris-T, menos capazes. Os EUA entregaram uma bateria Patriot e 12 Nasams, de origem conjunta americano-norueguesa.

Igor Gielow/Folhapress

trabalhando muito nisso, mas certamente querem ter certeza de que, se eles fizerem uma proposta, ela será apoiada. Do contrário, eles vão parecer sem poder”, disse Borell à imprensa durante as reuniões do G20 no Rio de Janeiro.

“Sei que na política você não pode mostrar [uma proposta] a não ser que você tenha certeza de que ela irá decolar.”

A afirmação ocorre dois dias depois ao terceiro veto dos EUA a uma proposta de resolução enviada ao Conselho de Segurança da ONU para um cessar-fogo no conflito. Treze membros do órgão votaram a favor do texto redigido pela Argélia, enquanto o Reino Unido se absteve. Os EUA foram o

único país a se manifestar de forma contrária à resolução.

Borell considerou haver um consenso dentro do G20 em relação à solução de dois Estados para a paz, “porque não ouvi ninguém falando nada contra”.

“Pedi ao ministro brasileiro [Mauro Vieira] para que na sua conclusão oral porque não haverá uma conclusão escrita que toque nesse tema para explicar ao mundo que no G20 todos são favoráveis a essa solução. Se todos são a favor dessa solução, então temos que mobilizar nossa capacidade política para fazer com que ela seja implementada. Senão, será apenas um pensamento positivo”, disse ele.

Camila Zarur/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Arrecadação federal chega a R\$ 280,63 bilhões em janeiro



A arrecadação da União com impostos e outras receitas teve leve alta, alcançando R\$ 280,63 bilhões em janeiro, segundo dados divulgados na quinta-feira (22) pela Receita Federal. O resultado representa aumento real de 6,67%, ou seja, descontada a inflação, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em comparação com janeiro de 2023.

É o maior valor para meses de janeiro desde 1995, início da série histórica. Os dados sobre a arrecadação estão disponíveis no site da Receita Federal. Quanto às receitas administradas pelo órgão, o valor arrecadado no mês passado ficou em R\$

262,87 bilhões, representando acréscimo real de 7,07%.

Os resultados foram influenciados positivamente por alterações na legislação e por pagamentos atípicos tanto em 2023 quanto em 2024, especialmente do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), que incide sobre o lucro das empresas. Segundo a Receita, ambos são importantes indicadores da atividade econômica, sobretudo, do setor produtivo.

As desonerações concedidas no Programa de Integração Social/Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins) sobre combustíveis também impactaram no resulta-

do, nesse caso, para baixo.

A arrecadação do IRPJ e da CSLL somou R\$ 91,7 bilhões em janeiro, com aumento real de 1,24% sobre o mesmo mês de 2023. O resultado é explicado pelos aumentos reais de 11,14% na arrecadação da declaração de ajuste, a qual se refere a fatos geradores ocorridos ao longo do ano de 2023, principalmente das empresas financeiras; e de 4,92% na arrecadação do lucro presumido, conjugado à queda de 3,42% na arrecadação da estimativa mensal.

Na apuração por estimativa mensal, o lucro real é apurado anualmente, sendo que a empresa está obrigada a recolher mensalmente o imposto, calculado sobre uma base estimada.

Andréia Verdélio/ABR

Cenoura, batata, banana, laranja ficaram mais caras em janeiro

A cenoura, batata inglesa, banana e laranja ficaram mais caras em janeiro deste ano, como mostra o 2º Boletim de 2024 do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro Fevereiro (Prohort), divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), na quinta-feira (22), em Brasília.

O levantamento de preços de hortifrutis é feito mensalmente pela Conab, em dez centrais de Abastecimento (Ceasa) do país. Especificamente sobre o mês de janeiro, o clima foi apontado como fator importante na oferta das hortaliças e frutas, o que influenciou diretamente nos preços dos alimentos. Um destaque da Conab foi dado aos efeitos das chuvas nos estados das regiões Sul e Sudeste.

De acordo com a pesquisa, a cenoura ficou 96,91% mais cara em janeiro, na média ponderada de preços, que leva em consideração a contribuição (peso) de cada uma das ceasas. Os preços do produto no atacado mais que

dobraram nas ceasas de Goiânia, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. E a menor elevação foi registrada na Ceasa de Brasília, onde foi verificado um aumento de 38,89%. O motivo do aumento apontado pela Conab é a menor oferta da raiz rica em caroteno registrada no mercado atacadista. Minas Gerais, principal abastecedor dos mercados a nível nacional, teve seus envios às ceasas reduzidos em cerca de 30%. “O clima desfavorável para a colheita também afetou a produção e os plantios, o que poderá ocasionar novas altas de preço nos meses seguintes”, avalia a gerente de Produtos Hortigranjeiros da Conab, Juliana Torres.

Já a batata comum subiu 35,25%, na média ponderada. Janeiro foi o quarto mês consecutivo de alta dos preços do tubérculo que figura entre os mais presentes no prato dos brasileiros. De acordo com o estudo da Conab, as chuvas nas principais regiões produtoras ocasionaram o atraso do plantio, impactando nos envios às feiras, em janeiro.

Daniella Almeida/ABR



BNDES reduz em até 60% remuneração para operações de exportação



O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) reduziu em até 60% a sua remuneração (spread) em operações da linha BNDES Exim Pré-embarque para exportações. A medida entrou em vigor na quinta-feira (22). O orçamento adicional disponibilizado para operações na modalidade é de R\$ 2 bilhões.

Segundo o diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do BNDES, José Luís Gordon, a retomada das operações de financiamento às exportações tem papel importante, ao atender os objetivos do Plano Mais Produção, de promover o fortalecimento da indústria brasileira, tornando-

-a competitiva no mercado internacional e contribuindo para a geração de empregos no país.

A redução no spread está limitada a R\$ 150 milhões por operação. Para a exportação de máquinas eficientes, a remuneração cobrada pelo BNDES nas operações será de 0,50% ao ano até o limite de R\$ 150 milhões e de 0,90% ao ano nas que excedam esse valor. Para os demais bens, a remuneração da instituição será de 0,60% (no caso de máquinas 4.0 e bens de baixa emissão de carbono ou mobilidade em baixo carbono) e de 0,80% para demais produtos, também limitada ao valor de R\$ 150 milhões por operação. Acima desse valor, o spread é de 1,30% ao ano.

O spread é um dos componentes da taxa de juros dos financiamentos, que se soma ao custo financeiro da operação e, no caso de operações indiretas, às taxas dos agentes financeiros. Gordon lembrou que, no ano passado, o BNDES reduziu as taxas na sua linha de apoio à exportação na modalidade pré-embarque.

O BNDES Exim Pré-embarque visa apoiar empresas brasileiras na produção de bens destinados à exportação. Os recursos são recebidos pelo cliente no Brasil, vinculados ao compromisso de comprovar a exportação dos produtos posteriormente. A amortização do financiamento é feita diretamente com o agente financeiro repassador ou com o próprio BNDES.

Alana Gandra/ABR

Política

Governo tenta convencer Congresso a esperar dados do Orçamento para rediscutir veto a emendas



Integrantes do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tentam convencer os congressistas a aguardarem até o final de março para uma posição sobre a possibilidade de recompor R\$ 5,6 bilhões em emendas de comissão que foram vetadas no Orçamento de 2024.

A decisão do petista foi tomada em janeiro e irritou senadores e deputados, inclusive o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Desde então, eles ameaçam derrubar o veto e impor um revés à equipe econômica.

O governo, por sua vez, argumenta que o veto foi necessário para recompor recursos de políticas que haviam sido alvo de corte pelo Congresso Nacional. O Executivo pretende usar o espaço para

devolver verbas a programas como Auxílio Gás, Farmácia Popular e bolsas de ensino superior.

Ministros e parlamentares ligados ao governo têm atuado para que os congressistas aguardem a divulgação da primeira avaliação de receitas e despesas do Orçamento de 2024, marcada para 22 de março.

No documento, o governo atualizará suas projeções de arrecadação para o ano e terá uma dimensão da necessidade ou não de contingenciar recursos para cumprir a meta de déficit zero estipulada pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda).

O argumento dos articuladores políticos é de que, com os dados em mãos, será possível dizer se há espaço para re-

compor o valor das emendas e, em caso positivo, como e quando a devolução será feita.

O Congresso Nacional aprovou no Orçamento um valor recorde de R\$ 53 bilhões para todas as modalidades de emendas. Mesmo com o veto de Lula, parlamentares ainda terão um volume inédito para destinar a seus redutos em ano de eleições municipais: cerca de R\$ 47,5 bilhões.

Governistas dizem que a estratégia de esperar até março foi desenhada para tentar evitar uma derrota de Lula no Congresso, caso o veto seja apreciado e derrubado.

Nessa situação, o Executivo precisaria reincorporar essa despesa ao Orçamento, inviabilizando a recomposição dos outros programas.

Julia Chaib/Folhapress

Governo recua, cede ao centrão e aceita cumprir calendário para pagar emendas



O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT), afirmou na quinta-feira (22) que o governo federal fechou um acordo com parlamentares e vai elaborar um calendário para o pagamento das emendas parlamentares, para serem executadas até o dia 30 de junho.

O acordo foi confirmado por parlamentares que participaram de uma reunião com o ministro no Palácio do Planalto.

O anúncio acontece em meio à pressão do centrão, que vem aumentando desde o veto do presidente Lula (PT) a esse dispositivo na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias). Também acontece pouco antes de encontro do

Haddad afirma que fala de Lula sobre Gaza foi grito de socorro

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a comparação feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) da ação israelense em Gaza com o Holocausto foi um grito de socorro.

“Ele não é um político tradicional, que olha para tudo isso e se mantém frio diante da morte de crianças e mulheres na escala em que está acontecendo”, disse em entrevista a Miriam Leitão, na GloboNews.

Segundo Haddad, Lula deu a declaração após ouvir muitos depoimentos e imagens sobre os ataques a Gaza.

“Pode ser discutida uma palavra ou outra do discurso do presidente, mas acho que o grito é pertinente”, opinou. “Não podemos ficar indiferentes ao que está acontecendo”.

O ministro defendeu o fim da guerra e contou que aprendeu a tratar judeus e muçulmanos como irmãos.

Haddad lembrou que a família dele, de cristãos li-

baneses, veio para o Brasil por causa do crescimento da intolerância religiosa. O avô era um sacerdote da igreja oriental.

“Nas cenas de guerra, tenho vontade de chorar”, disse. Ele defendeu Israel como um país legítimo, assim como o estado palestino.

Na entrevista, Haddad confirmou a decisão do governo Lula de enviar um projeto de lei com urgência constitucional para discutir com o Congresso a reoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e a contribuição previdenciária a ser paga pelos municípios.

Os dois temas hoje fazem parte de uma MP (medida provisória) editada pelo Ministério da Fazenda em 28 de dezembro, com validade a partir de 1º de abril. Já o projeto com urgência precisa ser analisado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado em um prazo de 45 dias para cada uma das Casas.

Cristina Camargo/Folhapress



mandatário com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e líderes de bancada.

O ministro deu entrevista a jornalistas após ter se reunido com integrantes da CMO (Comissão Mista do Orçamento) e lideranças do governo. Padilha afirma que o veto será mantido oficialmente, porque há a avaliação de que a sua derrubada iria ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal. No entanto, o governo fechou um acordo com esses parlamentares para que um cronograma de emendas impositivas, que são as individuais e de bancada, sejam pagas até 30 de junho, limite das vedações eleitorais por conta das eleições municipais.

Ou seja, o governo aceita realizar o pagamento até o prazo, que era a principal pre-

ocupação dos parlamentares. Por outro lado, o veto será mantido e dessa forma o Executivo fica livre de cumprir outros dispositivos da LDO, como por exemplo o item que obrigaria o empenho de emendas em até 30 dias.

“Vocês sabem que a Lei de Diretrizes Orçamentárias tinha proposta de cronograma de acelerar a execução no primeiro semestre dos recursos de repasses a fundo da saúde e assistência social, do SUS [Sistema Único de Saúde] e do SUAS [Sistema Único de Assistência Social]. O governo tem concordância em acelerar essa execução. Teve um veto por conta de uma coisa que havíamos anunciado, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal”, afirmou o ministro.

Renato Machado/Folhapress

Esze Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 31.534.848/0001-24

Relatório da Administração

Aos Acionistas: Senhores acionistas, É com satisfação que submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório da administração e as demonstrações financeiras de EZZE Seguros S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Sobre nós: A EZZE Seguros iniciou suas operações em outubro de 2019. Suas políticas foram construídas com os melhores conceitos de governança e práticas de mercado...

Todos os ativos financeiros estão vinculados às câmaras de liquidação (SELIC e CETIP) e são 100% oferecidos como ativos garantidores. O volume de prêmios emitidos em 2023 atingiu R\$1.018 milhões o que representa um crescimento de 37% ou R\$275 milhões em relação ao ano anterior (R\$ 743 milhões em 2022). O crescimento foi impulsionado pela abordagem orgânica na capacitação de novos negócios nos produtos de seguros...

crescimento nas carteiras, a diminuição da sinistralidade e ao rígido controle de despesas administrativas. Perspectivas 2024: Manteremos o foco na consolidação de soluções tecnológicas e na qualificação dos processos organizacionais. Permaneceremos concentrando esforços no desenvolvimento de negócios, em consonância com o direcionamento estratégico. Recursos Humanos: A EZZE Seguros mantém em seu quadro profissionais com vasta experiência em suas áreas de atuação...

Table with financial data comparing 2023 and 2022. Columns include Ativo, Circulante, Disponível, Aplicações, Créditos das operações com seguros e resseguros, etc. Rows show various financial categories and their values for both years.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Table showing changes in equity components like Capital social, Reservas legais, Reservas de Lucros, etc.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Table showing comprehensive income statement items including Adjusted income, Expenses, and Results.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Table showing cash flow components like Adjustments, Depreciations, and Changes in working capital.

1. Contexto operacional: A EZZE Seguros S.A. (doravante EZZE Seguros), é uma sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ sob o nº 31.534.848/0001-24, está estabelecida na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 50 - 10 Andar, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, CEP: 04.543-000. Foi constituída em 08 de agosto de 2018, transformada em seguradora conforme Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 16 de setembro de 2019. Teve sua autorização para operar através da Portaria SUSEP nº 7.519, de 25 de setembro de 2019. As operações de comercialização de seguros efetivamente iniciaram em outubro de 2019. A EZZE Seguros está autorizada a operar em seguros de danos e pessoas em todo território nacional.

continuação

Ernst & Young

este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções

identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixados pelo auditor, inferiores ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é

maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2024.
Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Diana Yukié Naki dos Santos
Sócia
Contadora CRC - SP300514/O

Parecer dos atuariários auditores independentes

Aos Diretores da **Ernst & Young**, São Paulo – SP, CNPJ nº 31.534.848/0001-24. Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **Ernst & Young** S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuariários auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens auditados relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.

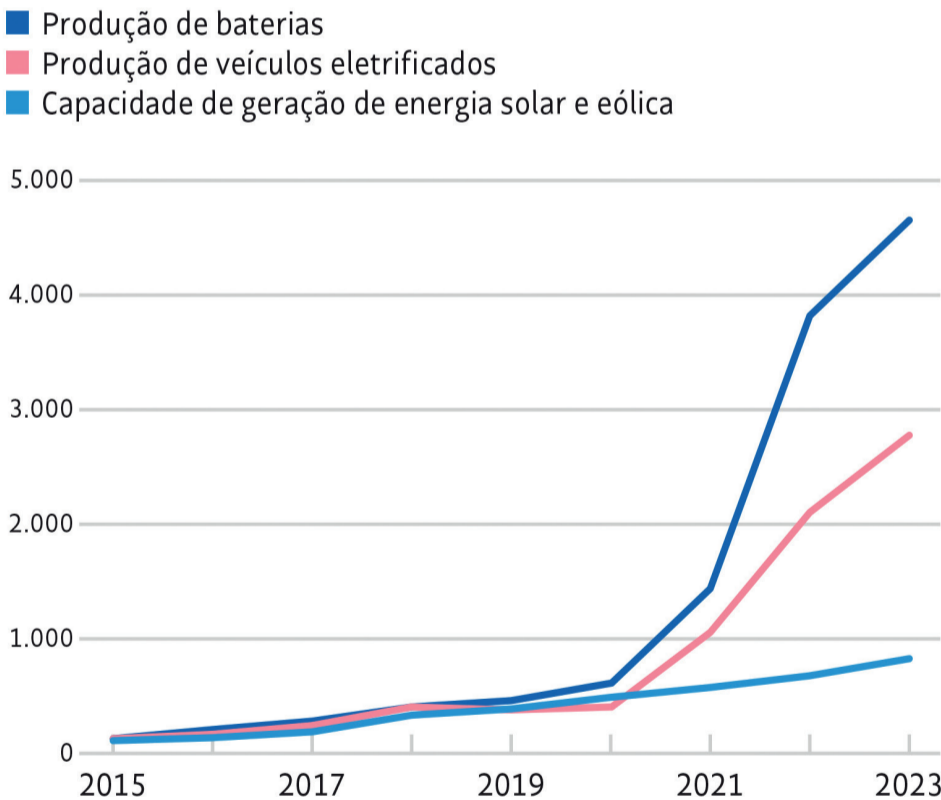
Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuariário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros

e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção **Ernst & Young** S.A. em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2024.
Ernst & Young Serviços Atuariais S/S, CIBA 57
Anderson Silva, CNPJ 03.801.998/0001-11, Atuário - MIBA 2.043.

O rápido crescimento da China nas ‘três novas indústrias’

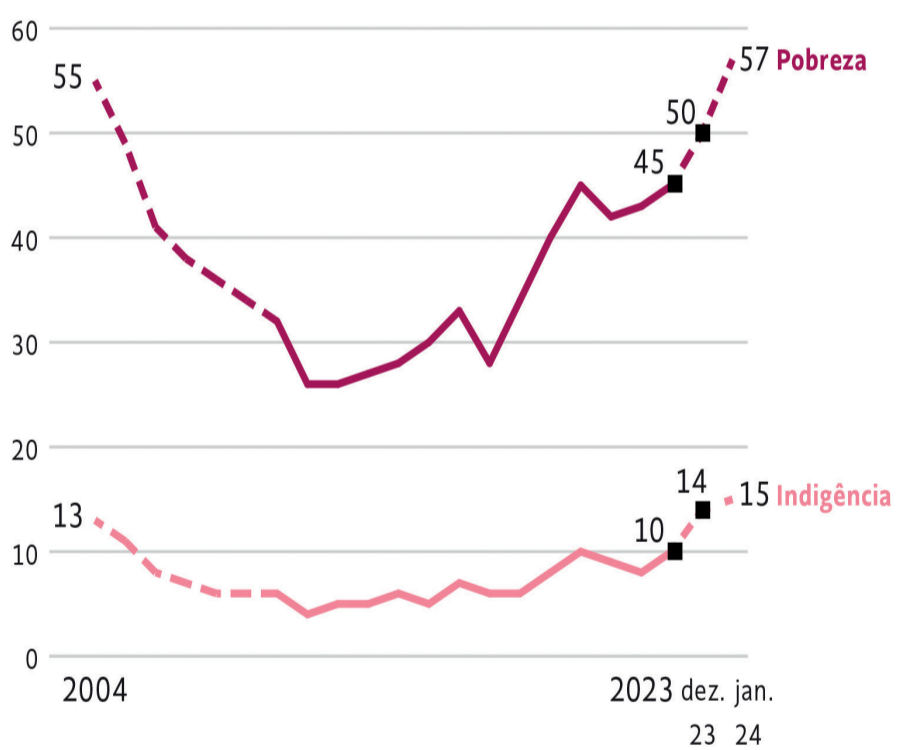
Hegemonia do país na fabricação de painéis solares preocupa Ocidente; índice em 2015 = 100



Fontes: Financial Times, NBS e Goldman Sachs Global Investment Research

Argentina tem 57% de pobres e 15% de indigentes

% da população



*De 2004 a 2010, dados reconstruídos; em dez.23 e jan.24, projeções

Fonte: Observatório da Dívida Social da UCA (Universidade Católica Argentina)

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco: comercial@datamercantil.com.br

Para a versão online do jornal acesse nosso site:
www.datamercantil.com

Negócios

Nubank eleva lucro para US\$ 395 mi no 4º trimestre e meta é superar 100 milhões de clientes



O banco digital Nubank, que quer ultrapassar 100 milhões de clientes em 2024, anunciou lucro líquido ajustado de US\$ 395,8 milhões no quarto trimestre de 2023, um salto de 248% em 12 meses, considerando os resultados da holding, dona das operações no Brasil, México e Colômbia.

Considerando todo o ano passado, o ganho ajustado acumulado foi de US\$ 1,2 bilhão, ante US\$ 204 milhões em 2022. Sem ajustes, o lucro líquido foi de US\$ 360,9 milhões no quarto trimestre e de US\$ 1 bilhão em 2023.

O retorno sobre o patrimônio (ROE, na sigla em inglês), um dos indicadores mais monitorados nos bancos, ficou em 26% no quarto trimestre, considerando o resultado ajustado, um dos

mais altos entre bancos brasileiros. Mesmo sem os ajustes, o ROE ainda foi alto, em 23%. “O ano de 2023 foi realmente uma transição muito importante para o banco em rentabilidade”, afirmou ao Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) o diretor financeiro do Nubank, Guilherme Lago. “Se olharmos só as operações no Brasil, o nosso retorno segue crescendo em patamares superiores a 40%.”

Com os indicadores de 2023, Lago diz que o Nubank é um dos únicos bancos digitais globais capazes de equilibrar três atributos: alta crescimento, com rentabilidade e qualidade do crédito.

As receitas do Nubank somaram US\$ 2,4 bilhões no quarto trimestre de 2023, um novo recorde, o que represen-

ta um aumento de 57%, descontando efeitos cambiais, em 12 meses.

“À medida que trabalhamos para ultrapassar a marca de 100 milhões de clientes em 2024, estamos investindo pesado em diversificar caminhos de crescimento para continuar a transformar potencial em lucro”, afirma no balanço o CEO e fundador do Nubank, David Vélez.

A fintech fechou dezembro com 93,9 milhões de clientes, em comparação com 54 milhões há um ano. Apesar de ter chegado a quase 53% da população brasileira, Lago conta que o Nubank vem conquistando de 1,3 milhão a 1,5 milhão clientes por mês no Brasil. “Em 2023, ganhamos mais clientes no Brasil que os cinco maiores bancos juntos”, disse ao Broadcast.

IstoÉDinheiro

Paralisação do Ibama afeta importação de carros híbridos e elétricos

A paralisação das atividades de campo dos servidores do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), iniciada em 3 de janeiro, já afeta o setor automotivo.

Neste momento, as empresas que enfrentam problemas são as que buscam a documentação necessária para importação de veículos, com destaque para os automóveis híbridos e elétricos que vêm da China.

Pelos cálculos do órgão, há cerca de 18 mil carros parados em diferentes pátios e portos mundo afora, à espera de documentação para embarque rumo ao Brasil.

A saída desses automóveis de seus países de origem depende da anuência do instituto, que precisa emitir uma licença de importação.

Essa licença de importação comprova que o Ibama está ciente da entrada desses produtos no território nacional, atestando que os veículos

estão de acordo com as regras ambientais vigentes no Brasil.

As empresas até podem assumir o risco e embarcar esses modelos, porém, caso sejam submetidos à inspeção na chegada ao país, há o risco de receber multas elevadas e de impossibilidade de distribuição.

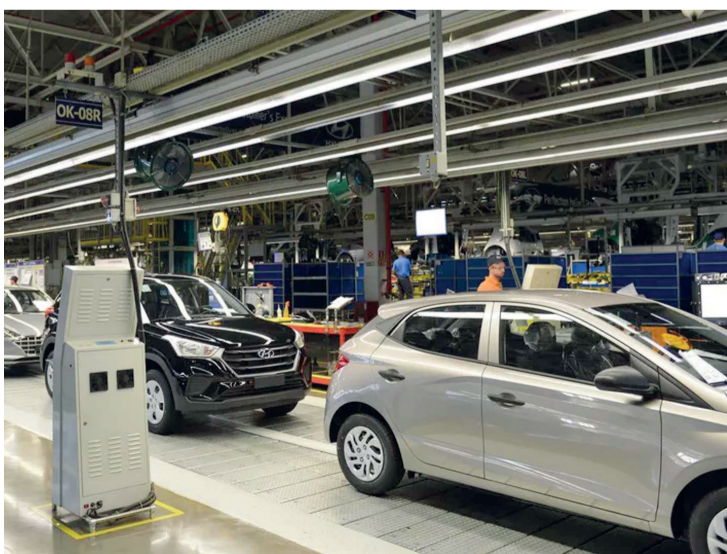
“Todo e qualquer veículo comercial ou de passageiros, além de motocicletas e veículos pesados, devem cumprir com os limites de emissão de ruídos e gases de escape. O controle ambiental recai sobre fabricantes e importadores”, diz Cleberson Zavaski, presidente da Ascema (Associação Nacional de Servidores Ambientais).

“A área que faz essas análises resolveu priorizar as atividades internas e de regulação [normativas], e as autorizações para importação e para emissão das licenças para comercialização de novos modelos de veículos tiveram prazo para emissão aumentados.”

Eduardo Sodré/Folhapress



Lula diz que montadora Hyundai vai investir US\$ 1,1 bi no Brasil até 2032



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou na quinta-feira (22) que a montadora Hyundai vai investir um total de US\$ 1,1 bilhão no Brasil até o ano de 2032.

Os investimentos estarão concentrados em tecnologia e hidrogênio verde.

O mandatário recebeu no Palácio do Planalto o presidente-executivo do grupo Hyundai Motor, Eui-Sun Chung. Também participou da reunião o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB).

“O país estável e com futuro recebe mais investimentos. Recebi o presidente

executivo da Hyundai Motor, Eui-Sun Chung, que anunciou que o grupo planeja investir mais de 1,1 bilhões de dólares até 2032 em tecnologia e em hidrogênio verde. Mais uma grande empresa crescendo em nosso país”, escreveu Lula em sua rede social.

Pouco mais tarde, em vídeo divulgado pela Secom (Secretaria de Comunicação Social da Presidência) que mostra o encontro com o executivo, Lula afirma que gostaria de retomar o nível do mercado automobilístico que existia quando ele terminou seu segundo mandato.

“A verdade é que a gente precisa voltar a crescer. Nós precisamos voltar a fazer investimentos. Nós precisamos pelo menos recuperar o mer-

cado que nós já tivemos aqui no Brasil. No final de 2010, portanto 13 anos atrás, a gente vendia quase quatro milhões de carros por ano. E hoje caiu pela metade”, disse Lula ao executivo da Hyundai.

O presidente-executivo da montadora afirmou a Lula que o total de investimentos previstos pela companhia para os próximos oito anos estará concentrado em tecnologia, em particular a de carros híbridos, elétricos e movidos a hidrogênio verde. Segundo nota do governo brasileiro, Eui-Sun Chung também destacou que o estoque de investimentos no Brasil está na ordem de US\$ 2,5 bilhões e que a companhia criou mais de 6.500 empregos diretos no país.

Renato Machado/Folhapress